



# A CONSTRUÇÃO DE SUBJETIVIDADES NO AMBIENTE ESCOLAR: RELAÇÕES DE PODER E CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA

## THE CONSTRUCTION OF SUBJECTIVES IN THE SCHOOL ENVIRONMENT: POWER RELATIONS AND CONTRIBUTIONS OF PSYCHOLOGY

Ana Carolina Peixoto do Nascimento <sup>1</sup>

**Resumo:** *Esse artigo, de caráter bibliográfico, propõe pensar a concepção histórica da escola até os dias atuais, quando assume um papel importante na construção de subjetividades. O atual cenário da educação contemporânea enfrenta os desafios de uma educação baseada em métodos punitivos e disciplinares, baseados em relações de poder que afetam a subjetividade dos indivíduos e consiste em uma padronização e rotulação dos alunos considerados “inadequados”. Nesse artigo, buscou-se narrar brevemente a função do profissional da psicologia como agente de transformação no contexto escolar, abordar a importância da escola para o processo de ensino-aprendizagem, e também sua contribuição na produção de subjetividades saudáveis e críticas, capazes de produzir transformações e desencadear novos processos de desenvolvimento e aprendizagem.*


**Palavras-chave:** *Escola. Psicologia. Subjetividade.*

**Abstract:** *This bibliographic article proposes to think about the historical conception of the school until the present day, when it assumes an important role in the construction of subjectivities. The current scenario of contemporary education faces the challenges of an education based on punitive and disciplinary methods, based on power relations that affect the subjectivity of individuals and consists of a standardization and labeling of students considered “inadequate”. In this article, we sought to briefly narrate the role of the psychology professional as an agent of transformation in the school context, approach the importance of the school for the teaching-learning process, and also its contribution in the production of healthy and critical subjectivities, capable of producing transformations and trigger new development and learning processes.*

**Keywords:** *School. Psychology. Subjectivity.*

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências e Tecnologias em Saúde (UnB). Mestra em Ensino em Ciências e Saúde (UFT). Graduada em Psicologia (CEULP/UIbra).  
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3221196520728028>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2051-7838>. E-mail: [ana.carol57@hotmail.com](mailto:ana.carol57@hotmail.com)



## Introdução

A construção da subjetividade está inscrita nas relações que os sujeitos estabelecem nos diversos contextos que fazem parte: família, escola, comunidade, entre pares. Uma vez compreendido que a subjetividade é um processo incessante, evidenciar as conexões que circulam o ambiente escolar, não só professor-aluno, mas também da própria instituição escolar com esses indivíduos, e as relações de poder circunscritas em sua evolução histórica, é a tônica desse trabalho.

As relações de poder surgem nos primórdios da revolução industrial, com a necessidade de fabricar uma máquina produtiva, e enquadrar os indivíduos perante o que se julgava o “certo” a ser feito para se viver em sociedade. Para Foucault (1999), a transformação do corpo como um objeto manipulável e alvo do poder serviu aos interesses do século XVIII, na figura do soldado, àquele que se molda ao poder superior.

Atualmente, a sociedade contemporânea permeia sob constante vigilância, controle e punição, sobretudo nos afazeres diários, nas instituições do saber, nos hospitais, nas prisões e outras entidades estatais.

Os instrumentos utilizados para essa espécie de controle e vigilância entram em concordância com o antigo modelo de sistema prisional, porém, modificado e minoritariamente agressivo.

Destarte, na contemporaneidade, esse cenário encarcerado enfrenta os desafios de uma educação baseada em métodos punitivos e disciplinares que afetam a subjetividade dos indivíduos e consiste em uma padronização do sujeito e, por consequente rotulação dos alunos considerados “inadequados” ao sistema de controle e vigilância imposta na escola.

Esse trabalho buscou trazer à luz a construção histórica das instituições de poder, a exemplo da escola, e de que modo incidem na construção das subjetividades ali inscritas, evidenciando o trabalho da psicologia como uma das estratégias de intervenção nesse contexto.

## Escola versus Prisão

Historicamente, as instituições de controle seguiram o modelo panóptico de vigilância e controle. O modelo panóptico prisional foi originalmente criado por Jeremy Bentham, e consistia em um modelo circular com as celas encostadas às paredes exteriores e o interior do edifício totalmente livre. Nessa parte central se concentrava o sistema de controle, em que havia uma torre mantida ali até uma determinada altura, e um guarda rodeado de persianas, via todo o prédio e sua movimentação, porém sem ser visto pelos detentos (BORGES, 2004).

Conforme discursara Foucault,

Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. Tantas jaulas, tantos pequenos teatros, em que cada ator está sozinho, perfeitamente individualizado e constantemente visível (FOUCAULT, 1999, p. 6).

A construção das escolas obedece a quase todas essas exigências arquitetônicas, porém, com algumas modificações. A disciplina exige um espaço físico no qual os indivíduos possam ser vistos em suas ações e comportamentos para avaliar as virtudes e características de cada um, e o espaço deve proporcionar a potencialização desses atributos.

Para tanto, a instituição escolar deve ser dividida em etapas ou séries e dividindo-os em fileiras para que permita melhor acesso à vigilância (BORGES, 2004; CACIANO, SILVA, 2012).

Essa exigência de distribuição em filas, assim como a exigência de um uniforme padrão, dos horários de entrada e saída tem como objetivo garantir a obediência dos discentes, como também, uma melhor utilização do tempo. As classes distribuídas lado a lado sem nenhuma comunicação, grades nas janelas, praça de alimentação comunitária, muros altos com grades e cercas elétricas,

portões sem contato visual com o mundo externo consistem em um sistema educacional carcerário e temporário. Como Foucault (1999) evidenciou, se não há a comunicação entre as crianças, não há barulho, confusões ou “cola”.

Os resquícios do sistema panóptico no sistema educacional revelam como acontecem as relações de poder e punição, dando ênfase aos efeitos da disciplina e de como ela ocorre no ambiente escolar, afetando as relações interpessoais e, conseqüentemente, a criação de subjetividades.

A essa configuração, Goffman (1987) nomeou de instituições totais, àquelas responsáveis por separar os internados do contato com o mundo social. “Como um local de residência e de trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (GOFFMAN, 1987, p. 11).

As câmeras de vigilância constituem importante papel na sociedade de controle, pois elas permitem a sensação de estarem constantemente sendo vistos e observados a cada comportamento executado. Esse instrumento substitui a antiga torre de observação rodeada de persianas, e no contexto escolar o diretor substitui a função do guarda, que não precisa ser visto, mas deve passar a intenção de mesmo não estando presente, os discentes têm a consciência de serem observados. “É visto, mas não vê; objeto de uma informação, nunca sujeito numa comunicação (FOUCAULT, 1999, p. 8).

Através desse olhar panóptico exercido pela instituição juntamente com o poderio disciplinar, camuflado na forma arquitetônica e em seu funcionamento, permitem a vigilância do diretor para com os professores, e estes, para com os alunos, formando uma hierarquização do controle na instituição, de modo a influenciar o estado de vigilância permanente, o que assegura a manutenção do poder, “que esse aparelho arquitetural seja uma máquina de criar e sustentar uma relação de poder independente daquele que o exerce; enfim, que os detentos se encontrem presos numa situação de poder de que eles mesmos são os portadores” (FOUCAULT, 1999, p. 7).

Contribuindo com o debate, George Orwell, em sua clássica distopia 1984, mais atual do que nunca, convergiu para o que se discute,

A teletela recebia e transmitia simultaneamente. Qualquer barulho que Winston fizesse, mais alto que um cochicho, seria captado pelo aparelho; além do mais, enquanto permanecesse no campo de visão da placa metálica, poderia ser visto também. Naturalmente, não havia jeito de determinar se, num dado momento, o cidadão estava sendo vigiado ou não (ORWELL, 1948, p. 3).

Dessa forma, o poder captura as individualidades para moldá-las a seu favor, produzindo corpos “politicamente dóceis e economicamente úteis”.

## **Disciplina na produção de subjetividades**

Foucault (1999) destacou a docilidade dos corpos, que se configura a partir da figura dos soldados, os quais de longe eram reconhecidos por seu porte e comportamento, do modo como andavam e mostravam o peitoral com orgulho e valentia. Mais tarde, o soldado se tornou uma figura moldável, um corpo-máquina, onde repetiam padrões fixos de comportamento para tal função. Assim, Foucault destaca a manipulação dos corpos como objeto de poder:

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam (FOUCAULT, 1999, p. 117).

Através da valorização do corpo como objeto controlável, foram feitos registros anatômicos e filosóficos que procuravam buscar explicação e comprovação para os padrões de comportamento

e de como este poderia ser modelado, controlado para diversas funções. A essa objeção corporal, Foucault chamou de docilidade dos corpos, que é submisso e pode ser transformado a bel prazer do poder (FOUCAULT, 1987).

As instituições totais, exploradas por Goffman, estão a serviço da produção de subjetividades dóceis e disciplinadas, com aumento da capacidade produtiva sem, no entanto, diminuir sua sujeição. Como Foucault (1999) observa “a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada”.

Marx (1995) por sua vez, chamou o corpo operário de “simulacro da máquina”, o corpo imerso na rotina fabril em busca da qualificação e a serviço do capital.

Para a aplicação das disciplinas, são utilizados dois mecanismos que permitirão o poder e controle na efetividade disciplinar: a arte das distribuições e o controle das atividades. A arte das distribuições consiste na distribuição dos indivíduos no espaço, onde se pode viabilizar a submissão, a troca de informações e ideias. O controle das atividades consiste em controlar e definir o tempo, estabelecer horários, além de afazeres repetitivos e frequentes (FOUCAULT, 1987).

Paulino e Reis (2010) argumentam que a escola, ao longo dos anos, se aproximou mais dos quartéis ou instituições religiosas “regularam-se todos os aspectos da vida em seu interior, o ensino ou a instrução ficava em um obscuro segundo plano, atrás da obsessão pela ordem, pelo silêncio, pela pontualidade e pela compostura” (PAULINO; REIS, 2010, p. 33).

No universo escolar, esses processos são facilmente notados por um olhar prolongado e rude do educador, a batida do pincel no quadro, encaminhamentos à coordenação, privação de recreio, observações feitas nas agendas endereçadas aos pais, as notas semestrais. Todas essas táticas são usadas constantemente para manter a normalidade em sala de aula, levando em conta que todos os educandos devem se enquadrar nessas medidas. Essas formas de punição fazem parte de um sistema duplo que Foucault (1987) chama de “gratificação-sanção”.

Para Foucault (1987), a psicologia nas escolas sujeitava-se como instrumento de manutenção do poder, de produção de subjetividade, relatos clínicos, os testes, o treinamento de habilidades, a avaliação das capacidades. Uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir, de modo a transformar o corpo em objeto de manipulação e rotular aqueles que se enquadram no estereótipo do aluno “problemático” (PRATA, 2005).

Através dessa classificação pode-se perceber a rotulação dos alunos por seus professores diante de suas habilidades ou a falta delas. A partir disso, iniciou juntamente com a rotulação, a precisão e a entrada de remédios na vida estudantil, onde a “medicalização” constitui numa forma rápida e eficaz de disciplinar o comportamento dos alunos (COLOMBANI; MARTINS, 2017).

A entrada na escola de uniforme, entrega de carteira na entrada para fiscalização do comparecimento, só sair da sala em horário de aula com o cartão do professor (BORGES, 2004). A escola funciona como uma engrenagem que, ao passo que atua como formadora de sujeitos, é atravessada pela configuração social que está em constante mudança. Destaque para esse ponto se faz presente na militarização das escolas públicas direcionadas para as classes mais pobres da sociedade, com foco na reprodução de conhecimento e, conforme discutimos anteriormente, a seriação de subjetividades economicamente úteis fabricadas para servir aos interesses do capital.

Por outro lado, as escolas particulares direcionadas às elites investem cada vez mais em métodos construtivistas, inspirado pelas ideias de Jean Piaget (1970), direcionado para a criatividade e a construção do conhecimento. Esse método de ensino-aprendizagem implica o aluno em seu processo de aprender, tornando-o sujeito ativo na estruturação cognitiva.

As práticas de controle, aliadas a outros regulamentos dentro da instituição escolar, edificam um dispositivo punitivo que faz funcionar as normas de educação que ainda permanecem hoje.

## **As práticas Psi no cenário educacional**

Com o contínuo controle e vigilância no sistema educacional, as rotulações por comportamento e mau desempenho escolar tornaram-se frequentes e, conseqüentemente, a procura por profissionais da área da saúde tornou-se requisitada, especialmente na área de saúde mental, nos quais destacamos a psicologia e a psiquiatria.

As crianças consideradas “indisciplinadas” são encaminhadas e já diagnosticadas pela própria instituição de ensino, demandando dos profissionais medidas que visem autorizar as práticas de segregação e punição empenhadas pela própria instituição, individualizando o problema no aluno. Desse modo, é esperado do profissional da psicologia a moldagem do indivíduo e o imediatismo na resolução do problema.

De acordo com Andaló (1984), essa visão conservadora e culpabilizadora, responsabiliza o aluno pelo fracasso escolar, desconsiderando os elementos que constituem o seu contexto. Ao psicólogo, dentro dessa perspectiva, é demandado que “trate” esses alunos-problema, devolvendo-os à sala de aula disciplinados e bem ajustados. Essa visão reducionista da atuação do profissional da psicologia dentro do ambiente escolar reforça a imagem do fazer exclusivamente “clínico”, que se dá entre quatro paredes fechadas e dois sujeitos: o que sofre, e o que traz a promessa de cura do sofrimento.

Andaló (1984), por outro lado, busca trazer à luz a construção do psicólogo enquanto agente de mudanças, que vai atuar como mediador dos conflitos no ambiente escolar. Ao profissional cabe também a responsabilidade de conhecer a realidade escolar, o contexto social, a subjetividade e as relações de poder estabelecidas dentro da escola.

O trabalho do profissional, portanto, deve partir da análise institucional, considerando diversos aspectos, como o contexto social e familiar dos alunos, o modelo de hierarquização das relações na escola, o projeto político pedagógico e o currículo escolar, e alcançando a política educacional mais ampla (ANDALÓ, 1984; GUIRAUD, 2008).

Os desafios enfrentados pelo profissional da psicologia no atual molde educacional, com suas bases históricas no modelo carcerário, consistem em uma resistente mudança nos padrões de ensino e aprendizagem, rotulação como forma de punição e padronização dos indivíduos, despreparo e imaginário social acerca das funções profissionais psicológicas pelos educadores.

Desse modo, é necessário pensar intervenções nos processos de ensino-aprendizagem viabilizando e proporcionando a construção das subjetividades, do censo crítico e a quebra de normas e padrões ortodoxos de ensino, deixando de lado a visão homem-objeto (FOUCAULT, 1977).

Partindo do conhecimento das problemáticas institucionais, o psicólogo deve utilizar de seus instrumentos e técnicas em acordo com a realidade local para promover a interação do grupo escolar, respeitando a percepção de cada um, assim como as normas institucionais. É importante estimular as mudanças necessárias no ambiente escolar, sem apoderar-se da figura de “detentor do saber psicológico”, desconstruindo o imaginário social da profissão nas instituições de ensino.

## Considerações Finais

A escola tem um papel muito relevante, não apenas no processo de ensino-aprendizagem, mas também ao oportunizar para o aluno acesso a informações e experiências novas e desafiadoras, capazes de provocar transformações e desencadear novos processos de desenvolvimento, bem como contribuir para a construção de subjetividades críticas e saudáveis.

Desse ponto de vista, tem-se o entendimento de que a escola é um espaço de diversidade e solucionadora de conflitos, e ainda como o espaço possibilitador da vivência social complementar à que é vivida no seio da família, pois proporciona o contato com a sistematização do conhecimento, sendo um universo amplo de interações com pessoas, ambientes e materiais.

O modo como os alunos aprendem, o que aprendem, com quem e com que ritmo aprendem podem ser tão ou mais importantes do que o volume bruto de material absorvido. Em nome desse currículo excessivo, muitos professores (que também se sentem presos na armadilha desse sistema) acabam ensinando o currículo exigido contra a sua vontade e tomando atitudes que aumentam a probabilidade de marginalizar, de afastar e desunir os alunos. Agindo dessa forma, os professores tornam-se mais vulneráveis a interagir com autoritarismo, reforçando as relações de poder tiranas, podendo incidir em sujeitos frágeis e intolerantes.

Os modos de ensino-aprendizagem hegemônicos produzem a seriação do conhecimento, a padronização das práticas e o uso da punição para a disciplinarização dos alunos. Com isso, a escola nada cria, mas repete relações de assujeitamento e faz calar a diferença.



Sobremaneira, cabe ao profissional da psicologia, inserido nesse contexto, buscar alianças entre professores, alunos, familiares, serviços da rede intersetorial e comunidade no sentido de construir uma reflexão crítica sobre a instituição, buscando tirar o foco do aluno enquanto único responsável, e costurar estratégias de intervenção de todos os atores envolvidos.

## Referências

ANDALÓ, C. S. A. O papel do psicólogo escolar. **Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 4, n. 1, 1984.

BORGES, J. L. Escola e disciplina: uma abordagem foucaultiana. **Revista Urutágua**, Maringá, n. 5, p.2-9, 2004. Disponível em: [http://www.urutagua.uem.br/005/05edu\\_borges.htm](http://www.urutagua.uem.br/005/05edu_borges.htm). Acesso em: 20 abr. 2019.

CACIANO, C.; SILVA, G. A. Foucault e educação: as práticas de poder e a escola atual. **Revista FACOS/ CNEC**, Osório, v. 2, n. 1, ago. 2012. Disponível em: [http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto\\_2012/pdf/foucault\\_e\\_educacao\\_-\\_as\\_praticas\\_de\\_poder\\_e\\_a\\_escola\\_atual.pdf](http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/foucault_e_educacao_-_as_praticas_de_poder_e_a_escola_atual.pdf). Acesso em: 20 abr. 2019.

COLOMBANI, F; MARTINS, R. A. O movimento higienista como política pública: aspectos históricos e atuais da medicalização escolar no Brasil. **RPGE – revista online de Política e Gestão Educacional**, v. 21, n.1, p. 278-295, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9788>. Acesso em: 20 abr. 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: História da violência nas prisões**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 7 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GUIRAUD, L. As relações de poder na organização escolar: um estudo sobre a construção da subjetividade. **Cadernos PDE**, Paraná, v. 1, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2235-8.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2019.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1995.

ORWELL, G. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 1948.

PAULINO, M.; REIS, M. Pedagogia do silêncio: as sendas da docilidade. **Pedagogia em ação**, v. 2, n. 2, p. 31-38, 2010. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/4762/4943>. Acesso em: 28 abr. 2019.

PIAGET, J. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro: Forense, 1970.

PRATA, M. R. S. A produção de subjetividade e as relações de poder na escola: uma reflexão sobre a sociedade disciplinar na configuração social da atualidade. **Revista Brasileira de Educação**, Poços de Caldas, n. 28, p.108-115, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a09n28.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2019.

Recebido em 30 de outubro de 2019.

Aceito em 12 de abril de 2022.